Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2023

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias 3

Balanços patrimoniais 5

Demonstrações de resultados 7

Demonstrações de resultados abrangentes 8

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido 9

Demonstrações dos fluxos de caixa 10

Demonstrações do valor adicionado 12

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias 13

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar
Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores
Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres
41820-021 - Salvador/BA - Brasil
Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil
Telefone +55 (71) 3273-7350
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de demonstrações financeiras intermediárias

Aos Conselheiros e Acionistas da
Concessionária Rota do Atlântico S.A.
Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco

Introdução

Revisamos as demonstrações financeiras intermediárias da Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("Companhia") em 31 de março de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). A revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e, consequentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Conclusão
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias, em 31 de março de 2023, não estão elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária.

Outros Assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações financeiras intermediárias incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das demonstrações financeiras intermediárias, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as demonstrações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto.

Valores correspondentes
Os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022 foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 22 de março de 2023 sem modificação e às demonstrações, do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses do trimestre findo em 31 de março de 2022 foram anteriormente revisados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 25 de maio de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às Demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, foram submetidos aos mesmos procedimentos de revisão por aqueles auditores independentes e, com base em sua revisão, aqueles auditores emitiram relatório reportando que não tiveram conhecimento de nenhum fato que os levasse a acreditar que a DVA não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 26 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/F-7

Hildebrando Oliveira de Abreu Filho
Contador CRC BA-029520/O-7

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

CONCESSIONÁRIA
ROTA DO ATLÂNTICO

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

ATIVO

	Notas	31/03/2023	31/12/2022
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.501	35.346
Contas a receber	5	2.958	3.513
Tributos a recuperar	6	1.352	1.364
Despesas antecipadas		755	257
Partes relacionadas	13	8	8
Adiantamentos		164	126
Total do ativo circulante		49.738	40.614
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		8	20
Despesas antecipadas		-	1
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	32.686	33.133
Outros ativos		26	26
Total do realizável a longo prazo		32.720	33.180
Imobilizado		203	217
Intangível	7	219.490	218.086
Direito de uso	10	3.372	2.000
		223.065	220.303
Total do ativo não circulante		225.785	253.483
Total do ativo		305.523	294.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de março de 2023 e 31 de dezembro de 2022

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/03/2023	31/12/2022
Passivo circulante			
Fornecedores	8	4.492	2.519
Debêntures	9	800	800
Obrigações sociais e trabalhistas		2.657	1.862
Obrigações tributárias		814	1.015
Arrendamentos	10	1.600	837
Provisão para conserva especial	11	3.625	2.444
Outras obrigações		3.088	4.095
		17.076	13.572
Passivo não circulante			
Debêntures	9	167.144	160.211
Arrendamentos	10	1.900	1.225
Provisão para contingências	14	475	458
Partes relacionadas	13	51.047	50.796
Provisão para conserva especial	11	4.208	3.173
		224.774	215.863
Patrimônio líquido			
Capital social	15	126.756	126.756
Prejuízos acumulados		(63.083)	(62.094)
		63.763	64.662
Total do passivo e patrimônio líquido		305.523	294.097

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações dos resultados

para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

	Notas	31/03/2023	31/03/2022
Receita líquida	16	18.833	16.290
Receita de construção	16	3.876	971
Receita líquida		**22.709**	**17.261**
Custo dos serviços prestados	17	(9.690)	(8.277)
Custo de construção	17	(3.838)	(961)
Lucro bruto		**9.181**	**8.023**
Gerais e administrativas	18	(2.847)	(2.291)
Outras receitas (despesas) operacionais		-	5
Lucro operacional antes do resultado financeiro, líquido		**6.334**	**5.737**
Receitas financeiras	19	1.138	961
Despesas financeiras	19	(7.422)	(7.609)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		**50**	**(911)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(592)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(447)	268
Prejuízo líquido do exercício		**(989)**	**(643)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	31/03/2023	31/03/2022
Prejuízo do exercício	(989)	(643)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	**(989)**	**(643)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para o período de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

	Capital social	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	126.756	(57.003)	69.753
Prejuízo do exercício	-	(643)	(643)
			-
Em 31 de março de 2022	126.756	(57.646)	69.110
Em 31 de dezembro de 2022	126.756	(62.094)	64.662
Prejuízo do exercício	-	(989)	(989)
Em 31 de março de 2023	126.756	(63.083)	63.673

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

CONCESSIONÁRIA
ROTA DO ATLÂNTICO

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para o período de três meses findos em 31 de março de 2023 e 2022

	Notas	31/03/2023	31/03/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		50	(504)
Ajustes			
Margem de construção		(38)	-
Depreciação e amortização		3.121	898
Juros e variações monetárias, líquidas		7.090	1.344
Apropriação do custo de captação	9	(8)	-
Provisão para contingências	14	(41)	96
Provisão para conserva especial	11	2.216	-
Resultado ajustado das operações		**12.389**	**1.834**
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber	5	593	(277)
Despesas antecipadas		(497)	(19)
Tributos a recuperar	6	12	124
Depósitos judiciais		12	-
Adiantamentos		(38)	-
Outros ativos		-	3
Fornecedores		1.973	570
Obrigações tributárias		(793)	(82)
Obrigações sociais e trabalhistas		795	209
Outras obrigações		(1.008)	180
		13.438	**2.542**
Juros pagos		-	(1.344)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**13.438**	**1.198**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao intangível		(3.908)	(211)
Adições ao imobilizado		-	(3)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(3.908)**	**(214)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Partes relacionadas		251	(392)
Adição ao fundo restrito		-	(190)
Pagamentos de arrendamento	10	(626)	-
Caixa líquido aplicado nas das atividades de financiamentos		**(375)**	**(582)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		**9.155**	**402**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	**35.346**	**16.801**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	**44.501**	**17.203**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras trimestrais

CONCESSIONÁRIA
ROTA DO ATLÂNTICO

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Demonstrações do valor adicionado

para os períodos findos em 31 de março de 2023 e 2022

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas		
Receita de serviços	21.120	17.833
Receita de construção ICPC 01-R1	3.876	971
	24.996	**18.804**
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia e outros	(133)	(1.479)
Custo de construção ICPC 01-R1	(3.838)	(961)
Serviços de terceiros e outros operacionais	(4.641)	(3.733)
Valor adicionado bruto	**16.384**	**12.631**
Depreciação e amortização	(3.121)	(2.741)
Apropriação de seguros	(189)	(166)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**13.074**	**9.724**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.138	961
Outros	-	5
Valor adicionado total a distribuir	**14.212**	**10.690**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	**3.716**	**2.623**
Remuneração direta	2.572	1.910
Benefícios	1.008	713
FGTS	136	-
Impostos, taxas e contribuições	**3.921**	**895**
Federais	2.434	-
Estaduais	-	-
Municipais	1.487	895
Remuneração de capitais de terceiros	**7.564**	**7.815**
Juros	7.363	7.607
Aluguéis	48	54
Outras	153	154
Remuneração de capitais próprios	**(989)**	**(643)**
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(989)	(643)
Valor adicionado distribuído	**14.212**	**10.690**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações fechada, com sede no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, e foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros "SUAPE" (Governo do Estado de Pernambuco).

A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial-Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco.

Desde 30 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Verona Holding e Participações Societárias S.A. ("Verona") e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. ("Monte Rodovias"), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia.

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (última demonstração financeira anual).

As demonstrações financeiras intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações financeiras preparadas de acordo com os padrões de contabilidade adotados no Brasil emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Contudo, as demonstrações financeiras intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance da Companhia desde a sua última demonstração financeira anual.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. A moeda funcional da Companhia é o real (R$).

Todas as informações relevantes próprias destas informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Grupo.

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de maio de 2023.

2.2. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas e apresentadas como informações suplementar para fins da IAS 34, a Companhia está apresentando de forma voluntária, pois a apresentação não é requerida às companhias fechadas.

2.3. Novas normas interpretações

A seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023, e não tiveram impactos materiais para a Companhia:

i. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS 01);
ii. Imposto diferido, relacionado a ativos e passivos, decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12);
iii. Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC 23/IAS 08); e
iv. Definição de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 01).

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de risco financeiro

a) Considerações gerais

As atividades da Companhia a expõe aos diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco de crédito e exposição ao risco de elevação da taxa de juros. A gestão de risco se concentra na antecipação de ações em momentos de imprevisibilidade dos mercados financeiros e buscando minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os seus negócios.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta aos riscos de liquidez, em virtude de eventual possibilidade de não conseguir honrar seus compromissos operacionais e financeiros pela ausência de caixa; aos riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de não atender os indicadores contratuais presentes no contrato das debêntures emitidas.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de políticas de preservação de margem operacional através de eficiência na gestão de recursos além de mecanismos de manutenção de caixa mínimo, visando sempre se antecipar a eventuais variações de mercado que possam expor seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

Revisão das projeções de caixa são realizadas de forma contínua, sempre com premissas conservadoras, de modo a assegurar a capacidade da companhia em honrar suas necessidades operacionais e financeiras. A companhia busca preservar caixa mínimo suficiente para assegurar a operação em caso de eventuais flutuações de mercado.

Instituição financeira	Taxa contratada	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures - CRA	IPCA + 7,17%	22.168	20.755	20.669	177.394

d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, no descumprimento dos indicadores contratuais presentes no contrato das debêntures emitidas, no saldo de mútuos a receber no qual a Companhia fica exposta a capacidade de pagamento do devedor, e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde fica expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco. A Companhia acompanha a situação do mercado continuamente além da situação financeira dos devedores decorrentes dos direitos creditórios a receber além de manter suas

contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha.

e) Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação

A Companhia e suas Controladas estão expostas ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

f) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), principais exposições de risco de mercado da Companhia e de suas Controladas.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como CDI e de inflação o IPCA.

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros CDI e IPCA, foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2023	2024	2025	2026	2027
CDI (*)	13,5%	10,5%	9,3%	8,6%	8,6%
IPCA (*)	6,1%	4,5%	4,0%	4,0%	4,0%

(*) Fonte: Itaú BBA Abr./2023.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e IPCA, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
CDI (*)	10,48%	13,10%	15,72%
IPCA (*)	4,73%	5,91%	7,09%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2023 a 2027 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de Depósito Interbancário, é apresentada na tabela a seguir:

			Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumento	Vencimento	Risco	Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Aplicação financeira			1.299	1.330	1.361

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

			Juros a incorrer		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Instrumento	Vencimento	Risco	Provável	Adverso Possível 25%	Adverso Extremo 50%
Debêntures - CRA	2036	Alta do IPCA	22.168	25.593	28.614

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia, sujeitos a essas variáveis. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade relativa ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou empréstimos durante o período de três meses findo em 31 de março de 2023.

3.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

3.3. Instrumentos financeiros por categoria

A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

		Mensurados ao custo amortizado	
	Nota	**31/03/2023**	**31/12/2022**
Ativos, conforme balanço patrimonial			
Caixa e equivalente de caixa	4	44.501	35.346
Contas a receber	5	2.958	3.513
Outros ativos		26	26
Total		**47.485**	**38.885**
Passivos, conforme o balanço patrimonial			
Debêntures	9	167.944	161.011
Fornecedores	8	4.492	2.519
Arrendamentos	10	3.500	2.062
Outras obrigações		3.088	4.095
Total		**179.024**	**169.687**

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2023	**31/12/2022**
Caixa e bancos	1.941	2.375
Aplicações financeiras	42.560	32.971
Total	**44.501**	**35.346**

A Companhia mantém aplicações financeiras, em sua maioria do tipo CDB, de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxa entre 98% e 103% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5. Contas a receber

	31/03/2023	**31/12/2022**
Meios de pagamentos eletrônicos	1.638	2.758
Vale pedágio	136	89
Receitas acessórias	1.184	666
Total	**2.958**	**3.513**

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias. Não existem expectativas de perdas nas operações de créditos do contas a receber.

6. Tributos a recuperar

	31/03/2023	31/12/2022
IRRF sobre aplicações financeiras	1.024	773
Saldo negativo IRPJ	36	36
Saldo negativo CSLL	55	55
Outros	237	500
Total	**1.352**	**1.364**

7. Intangível

	31/12/2023			31/12/2022
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura				
Edifícios e instalações	8.325	(2.099)	6.226	**5.557**
Direito de concessão de serviços públicos	269.736	(74.627)	195.109	**196.800**
Hardware e equipamentos de pedágio	9.283	(5.721)	3.562	**3.779**
Desapropriações	62	(17)	45	**45**
Máquinas e equipamentos	3.507	(1.991)	1.516	**1.581**
Móveis e utensílios	514	(369)	145	**159**
Obras em andamento	10.976	-	10.976	**8.269**
Total	**302.403**	**(84.824)**	**217.579**	**216.190**
Outros intangíveis				
Softwares	2.756	(845)	1.911	**1.896**
Total	**2.756**	**(845)**	**1.911**	**1.896**
Total	**305.159**	**(85.669)**	**219.490**	**218.086**

Contrato de concessão – infraestrutura

O custo relativo à infraestrutura é calculado pela apropriação do custo incorrido na formação do intangível acrescido da margem de construção (1%) e refere-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão.

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**220.642**
(+) Adições	7.343
(-) Amortizações	(9.899)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**218.086**
(+) Adições	3.908
(-) Amortizações	(2.503)
Saldo em 31 de março de 2023	**219.490**

8. Fornecedores

	31/03/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	528	296
Prestadores de serviços	3.964	2.223
Total	**4.492**	**2.519**

9. Debêntures

	Contratante	Vencimento	Moeda	Encargos financeiros	31/03/2023	31/12/2022
Debêntures IPCA - 12431	CRA	2036	R$	IPCA + 7,17% a.a.	176.557	169.781
Custos de captação e estruturação					(8.613)	(8.770)
Total					**167.944**	**161.011**
Passivo circulante					800	800
Passivo não circulante					**167.144**	**160.211**

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**152.029**
(+) Juros incorridos	21.855
(-) Juros pagos	(11.406)
(+/-) Custos da transação	(1.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**161.011**
(+) Juros incorridos	6.941
(+/-) Custos da transação	(8)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**167.944**

Em 15 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu 160.000 (cento e sessenta mil) debentures em série única no valor nominal unitário de R$1 (mil reais), perfazendo o valor total da emissão de R$160.000 (cento e sessenta milhões de reais). As Debêntures são do tipo simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476. A remuneração foi estabelecida como IPCA + 7,17%. O prazo total é de 15 anos com amortização customizada iniciando 24 meses após a emissão. Os recursos líquidos obtidos por meio da Emissão das Debêntures foram destinados pela Emissora **(a)** implantação e exploração de novos acessos viários, além de modernização e requalificação da infraestrutura existente, e **(b)** reembolso dos investimentos realizados previamente na concessão, e **(c)** reembolso e pré-pagamento do financiamento concedido pelo BNDES nos termos do "Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 13.2.1434.1. As garantias estabelecidas na escritura de emissão das debêntures são **(i)** o penhor das ações de emissão da ("Companhia"), em titularidade da Verona Holding e Participações Societárias S.A. e **(ii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes da Concessão de titularidade da Companhia e **(iii)** cessão fiduciária dos direitos creditórios e relacionados a quaisquer contratos e apólices de seguros de titularidade da Companhia e **(iv)** conta vinculada na qual deverão transitar os recursos decorrentes da cobrança da tarifa de pedágio.

Cláusula restritivas ("*covenants*")

A Escritura das Debêntures possui cláusulas restritivas ("*covenants*"), as quais foram cumpridas pela Companhia em 31 de março de 2023.

O índice previsto em contrato é o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), que passou a ser calculado com base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022.

Prazos de vencimento

2024	1.600
2025	3.200
2026	5.600
2027 em diante	156.744
Total	**167.144**

10. Direito de uso e arrendamentos

A Companhia avaliou e identificou contratos com componentes de arrendamento, que está dentro do escopo de aplicação do CPC 06 (R2).

O reconhecimento inicial considerou taxas de juros anuais obtidas utilizando como critério taxas médias de captação de 7,15% a.a. para a CRA.

Os principais contratos de arrendamento, referem-se a guinchos, varredeira, pipa ambulância e veículos operacionais e administrativos, com prazo de vencimento até 2025 e opção de renovação.

Direito de uso (Ativo)

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.000**
(+) Adições	1.974
(-) Amortizações	(603)
Saldo em 31 de março de 2023	**3.372**

Arrendamento (Passivo)

Arrendamento

	31/03/2023	31/12/2022
Passivo circulante	1.600	837
Passivo não circulante	1.900	1.225
Total	**3.500**	**2.062**

Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**522**
(+) Adições	3.000
(+) Apropriação de juros	219
(-) Pagamentos	(1.679)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**2.062**
(+) Adições	1.974
(+) Apropriação de juros	90
(-) Pagamentos	(626)
Saldo em 31 de março de 2023	**3.500**

A Companhia não possui outros ativos para os quais não foram aplicados os requisitos dos itens 22 a 49 do CPC 06 (R2) – Arrendamento.

11. Provisão para conserva especial

Em 31 de março de 2023, a Companhia apresentava saldo de R$ 7.833 (31 de dezembro de 2022 - R$ 5.617) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos para novas intervenções na pavimentação, visando garantir os parâmetros contratuais, em ciclos de manutenção de 05 anos em face de eventuais desgastes decorrentes do tráfego passante na rodovia, tomando como base a projeção de fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 11,78% a.a.

Saldo em 31 de dezembro de 2021	**2.833**
Provisão	5.591
Baixa	(3.167)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**5.617**
Provisão	2.231
Baixa	(15)
Saldo em 31 de março de 2023	**7.833**

12. Impostos de renda e contribuição social – corrente e diferido

Em 31 de março de 2023, a Companhia apresentava os seguintes saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	31/03/2023	31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	31.483	31.610
Diferenças temporárias	1.203	1.523
Ativo diferido, líquido	**32.686**	**33.133**

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízo fiscal e base negativa conforme o quadro a seguir:

Período	
2023	1.392
2024	1.974
2025	2.648
2026 em diante	25.251
Total	**31.265**

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31/03/2023	31/03/2022
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	50	(911)
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) à alíquota de 34%	(17)	310
Adições / exclusões permanentes	-	(42)
Adições / exclusões temporárias	(447)	76
Subvenções do lucro da exploração	(2)	-
Outras adições/exclusões	(573)	10
Total de IR e CSLL no resultado	**(1.039)**	**268**
		-
IR e CSLL corrente constituídos no exercício	(447)	-
IR e CSLL diferido constituídos no exercício	(592)	268

Total de IR e CSLL no resultado	**(1.039)**	**268**

13. Partes relacionadas

	31/03/2023	31/12/2022
Partes relacionadas		
Mútuo entre CRA x Verona	51.047	50.796
Total	**51.047**	**50.796**

Em 31 de março de 2023, a Companhia possui o saldo de R$ 51.047, (R$ 50.796 em 31 de dezembro de 2022) decorrente de transações com partes relacionadas com a sua controlada direta Verona, referente a pagamento de despesas por conta e ordem a serem ressarcidas (mútuo), com taxa aplicada a TR (Taxa Referencial) com prazo de término previsto em janeiro de 2029.

A variação do saldo no período em questão, deve-se ao pagamento de mútuo e ao provisionamento de juros, como detalhado no quadro a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**50.796**
(+) Provisionamento de juros	251
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**51.047**

Remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia

Em 31 de março 2023, a Companhia registrou o montante de R$ 292 (R$ 1.666 em 31 de dezembro de 2022), referente à remuneração dos administradores.

14. Provisão para contingências

Em 31 de março de 2023, a Companhia possuía ações e processos nas esferas administrativas e judiciais que requeiram o registro contábil de provisão e divulgação em nota , sendo:

	31/03/2023	31/12/2022
Cíveis	463	438
Trabalhistas	12	20
Total	**475**	**458**

Movimentação	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**-**
(+) Adições	438	20	458
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**438**	**20**	**458**
(+) Adição	1	2	3
(+) Apropriação de juros	59	-	59
(-) Reversão	(35)	(10)	(45)
Saldo em 31 de março de 2023	**463**	**12**	**475**

Em 31 de março de 2023, a Companhia, tem ações envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R$ 3.048 (R$ 43.140 em 31 de dezembro de 2022).

15. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 126.756, representado por 141.438.908 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R$ 126.756 em 31 de dezembro de 2022, representado por 141.438.908 ações).

b) Reserva de incentivos fiscais

Em 08 de fevereiro de 2018, por meio da emissão do Laudo Constitutivo no 00007/2018, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, com validade até 31 de dezembro de 2027, foi reconhecido o direito ao benefício fiscal de redução de 75%, do imposto de renda - IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Em 31 de março de 2023, em virtude da apuração de prejuízo contábil, não houve base de cálculo para apuração do incentivo SUDENE.

16. Receita líquida

	31/03/2023	31/03/2022
Receitas de pedágio	20.175	17.408
Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade)	946	425
Impostos e contribuição sobre serviços	(2.287)	(1.543)
Outras deduções	(1)	-
Receita líquida de serviços	**18.833**	**16.290**
Receita de construção	3.876	971
Receita líquida	**22.709**	**17.261**

17. Custos dos serviços prestados

	31/03/2023	31/03/2022
Custos de pessoal	(2.619)	(2.241)
Serviços de terceiros	(905)	(1.509)
Materiais, equipamentos e veículos	(92)	(500)
Gastos gerais	(743)	(1.306)
Provisão de conserva especial	(2.231)	-
Depreciação e amortização	(3.100)	(2.721)
Custos dos serviços prestados	**(9.690)**	**(8.277)**
Custos de construção **(a)**	(3.838)	(961)
Total	**(13.528)**	**(9.238)**

(a) Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – contratos de concessão e OCPC 05.

18. Despesas gerais e administrativas

	31/03/2023	31/03/2022
Despesas de pessoal	(1.664)	(1.054)
Serviços de terceiros	(280)	(688)
Materiais, equipamentos e veículos	(266)	-
Gastos gerais	(616)	(529)
Depreciação e amortização	(21)	(20)
Total	**(2.847)**	**(2.291)**

19. Resultado financeiro, líquido

	31/03/2023	31/03/2022
Rendimentos de aplicação financeira	1.176	961
Atualização monetária ativa	(2)	-
Outras receitas financeiras	(35)	-
Receitas financeiras	**1.138**	**961**
Juros de debentures	(6.941)	(7.159)
Juros de contratos de arrendamento	(90)	-
Juros de contratos de mútuo passivos	(251)	(306)
Outras despesas financeiras	(140)	(144)
Despesas financeiras	**(7.422)**	**(7.609)**
Resultado financeiro, líquido	**(6.284)**	**(6.648)**

20. Contratos

Contrato de concessão – CRA

O contrato de concessão tem prazo de 35 anos, contados a partir de novembro de 2011, mediante a cobrança de pedágios, permitindo a exploração de receitas acessórias, e consiste na implantação dos novos acessos viários e requalificação dos já existentes, modernização e implantação do sistema de sinalização, instalação de iluminação pública, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outras obras de manutenção e operação da rodovia.

Em 04 de janeiro de 2014, a Companhia iniciou suas operações nas praças de pedágio 1, 2, 3 e 4; em 24 de janeiro de 2014 iniciou suas operações da praça 5.

Foi assinado em 12 de setembro de 2017 o 2º Aditivo ao Contrato de Concessão, conforme pleito de reequilíbrio protocolado pela Companhia, alterando, entre outras providências, o valor da Tarifa Básica de Pedágio em R$ 0,054 – data base setembro de 2010, que passou a vigorar a partir de 4 de janeiro de 2018, corrigida pelo IPCA do período. Do mesmo modo, foi assinado em 28 de dezembro de 2018 o 3º Aditivo ao Contrato de Concessão, onde foram reprogramados investimentos, compensada a perda verificada com a edição da Lei nº 13.711/2018 e incluídas novas obrigações à Concessionária.
Este aditivo levou a Tarifa Básica de Pedágio para R$ 4,938 – data-base setembro de 2010, praticada a partir de 04 de janeiro de 2019.

Em 13 de outubro de 2020 foi pleiteado junto ao Poder Concedente um novo pedido de reequilíbrio econômico e financeiro, com a atualização dos eixos suspensos, postergação dos investimentos em balanças para 2022 e as perdas de receita decorrentes da pandemia da Covid-19. Suape, através de ofício autorizou a postergação da implantação para o ano 10 da concessão (04/11/2020 – 03/11/2021) e iniciou a solicitação junto a Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Pernambuco (Seinfra) pela retomada do grupo de trabalho, que discute a questão das balanças, por solicitação da CRA.

O pleito continua em análise junto ao Poder Concedente.

Em 29 de abril de 2021, houve a emissão do 4º Aditivo ao Contrato de Concessão, cujo objeto foi o reconhecimento do aperfeiçoamento do ato de anuência formalizado pelo Termo de Anuência à Transferência de Controle Societário firmado em 06 de agosto de 2020, passando o controle acionário da Companhia para a Verona Holding Participações Societárias S.A., com efeitos a partir desta data, instante em que assume todos os direitos, deveres, obrigações, responsabilidades e encargos relativos e fixados no Contrato de Concessão.

Ressaltamos que anualmente a Tarifa Básica é atualizada pelo IPCA, conforme previsto pelo Contrato de Concessão.

A Companhia assume, de modo geral, os seguintes principais compromissos decorrentes da concessão:

- Implantação de terceiras faixas;
- Duplicação;
- Implantação de acostamento;
- Implantação de passarelas para pedestres;
- Adequação de paradas de ônibus em trechos urbanos; e
- Instalação de cabines de pedágio.

Extinta a concessão, o Poder Concedente assumirá a prestação dos serviços, sendo-lhes transferidos todos os bens reversíveis nos termos do Contrato de Concessão.

* * *